



ÁFRICAS EM ÁFRICAS: DAS TRAVESSIAS INTELECTUAIS¹

Resumo: A historiadora Vanicleia Silva Santos narra a sua trajetória acadêmica na graduação na PUC-SP e a pós-graduação na USP, destacando tanto as origens familiares como as influências intelectuais e acadêmicas. Analisa suas mais recentes pesquisas em História da África e do papel dos intelectuais negros e negras nas mudanças na historiografia. Avalia o seu papel como docente e acadêmica negra, envolvida em projetos no Brasil e no exterior.

Palavras-chaves: História da África, história intelectual, historiografia e Vanicleia Silva Santos

CROSSINGS OF AFRICAS

Abstract: Vanicleia Silva Santos narrates her academic trajectory in undergraduate studies at PUC-SP and postgraduate studies at USP, highlighting her family origins, intellectual and academic influences. She analyzes her research in African history and the role of black and black intellectuals in changing historiography. It evaluates its role as black teacher and academic, involved in projects in Brazil and in agreement in North American universities and Europe and Africa.

Keywords: History of Africa, intellectual history, historiography and Vanicleia Silva Santos

RUTAS DE ÁFRICA

Resumen: Vanicleia Silva Santos narra su trayectoria académica en estudios de pregrado en la PUC-SP y posgrados en la USP, destacando sus orígenes familiares, influencias intelectuales y académicas. Analiza su investigación sobre la historia africana y el papel de los intelectuales negros y negros en el cambio de la historiografía. Evalúa su rol como docente y académico negro, involucrado en proyectos en Brasil y en convenio en universidades norteamericanas y en Europa y África.

Palabras-claves: Historia de África, historia intelectual, historiografía y Vanicleia Silva Santos

ROUTES AFRICAINES

¹ Entrevista, edição e organização de Stephane Ramos (doutoranda em História pela Universidade de Brasília, E-mail: stephane.rcosta@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5162-5970>) e Flávio Gomes (professor da UFRJ e pesquisador do CNPq, Professor da UFRJ e pesquisador do CNPq. E-mail: escravo@prolink.com.br . ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2386-7040>)



Résumé: Vanicleia Silva Santos raconte sa trajectoire académique dans les études de premier cycle à PUC-SP et les études de troisième cycle à l'USP, mettant en évidence ses origines familiales, ses influences intellectuelles et académiques. Elle analyse ses recherches sur l'histoire de l'Afrique et le rôle des intellectuels noirs et noirs dans l'évolution de l'historiographie. Il évalue son rôle d'enseignant et d'universitaire noirs, impliqués dans des projets au Brésil et en accord dans les universités nord-américaines et en Europe et en Afrique.

Mots-clés: Histoire de l'Afrique, histoire intellectuelle, historiographie et Vanicleia Silva Santos

VANICLEIA SILVA SANTOS

Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Seu Mestrado em História foi na PUC-SP, em 2001 com a dissertação “Sons, Danças e Ritmos: A micareta em Jacobina - Bahia (1920-1950)”, enquanto o Doutorado em História foi na Universidade de São Paulo (USP), em 2008, com a tese “Bolsas de Mandinga no Espaço Atlântico - Séculos XV-XVIII”. Entre os seus livros e organização de coletâneas destacam-se: “O Marfim no Mundo Moderno: Comércio, circulação, fé e status social, séculos XVI-XIX” (Prisma, 2017); “Cultura, história intelectual e patrimônio na África Ocidental, séculos XV-XX” (Brazil Publishing, 2019); “O comércio de marfim no Mundo Atlântico: circulação e produção, séculos XV a XIX” (Clio Gestão Cultural e Editora, 2018); Arqueologia e história da cultura material na África e na diáspora africana” (Brazil Publishing, 2018); “As fontes para a História da África”, (Ed.UNIBH, 2015); “Nações, comércio e trabalho na África”, (Varia História/UFMG, 2013); “África e Brasil no Mundo Moderno” (Annablume, 2012) e “História da África no Brasil: História e Historiografia” (Temporalidades, ed.UFMG, 2012). Tem publicados artigos em *African and Black Diaspora*, *Africana Studia*, *Afro-Ásia* (CEAO-UFBA), *E-Hum*, *Journal of West African History*, *Métis* (UCS), *Projeto História* (PUCSP), *Relaciones Internacionales* (La Plata), *Revista de Ciências Humanas*, *Revista Latino-Americana de Estudos Avançados*, *Temporalidades*, *Varia História* (UFMG), entre outros periódicos.

PERCURSOS



Fale um pouco da sua origem familiar e trajetória até entrar na Universidade. Quais foram as primeiras referências familiares e extrafamiliares? Como foi a formação no primeiro e segundo grau?

Em outra entrevista realizada pela Revista da ABPN (2018, v. 10, n. 25, pp.352-356), abordei de forma mais detalhada sobre a minha origem familiar e de minha trajetória até entrar na Universidade, bem como das primeiras referências familiares e extrafamiliares. A minha formação no primeiro e segundo grau foi marcada pela vivência no Paraíso, um pequeno povoado do Município de Jacobina. Lá, até 1985, tinha apenas uma pequena escola que oferecia o ensino das séries iniciais (1^a a 4^a. Série). Ciente da falta de educação infantil naquele lugar, meus pais contrataram uma professora particular, Marleide Cruz, para nos alfabetizar em casa. Isso foi um diferencial em nossas vidas. Aos cinco anos, meus pais conseguiram que eu fosse aceita na escola para estudar o Ensino Fundamental mesmo sem possuir a idade regular, que era de 7 anos porque eu já sabia ler e escrever. Aconteceu o mesmo com a minha irmã Vaniléia Santos, alfabetizada aos três anos de idade pela mesma professora. E eu não estou exagerando: minha irmã foi aprovada no vestibular da UNEB, em 1996, aos 15 anos de idade. Eu tinha 17 anos quando fui aprovada, em 1995. Embora eu seja dois anos mais velha do que ela, Vaniléia estava a apenas uma série antes de mim na escola. Deixe-me fazer uma observação: não estou sugerindo que éramos geniais e nem evocar qualquer discurso da meritocracia ou de ética individualizante. Estou argumentando que meus pais criaram condições especiais para que pudéssemos ter uma instrução diferenciada ainda na educação infantil. Eles sabiam que a educação era o único instrumento que podiam lançar mão para promover um futuro melhor para quatro crianças negras nascidas no sertão da Bahia. E isso era verbalizado, como um mantra, todos os dias na casa. Assim, por meio da alfabetização realizada em casa, nós chegamos à escola com mais segurança, autoestima, interesse, e, sobretudo, autoconfiança.

A década de 1985 a 1995 -- no contexto da redemocratização do Brasil -- foi um momento fértil para o Paraíso, uma pobre comunidade que se transformava juntamente com a igreja e a escola. O Paraíso não é povoamento do período colonial e nem comunidade quilombola. Paraíso é a periferia da periferia, como já escrevi em outro texto. O Paraíso surgiu de um povoamento espontâneo, que começou nos anos 1940, quando da abertura da BR 324, e meus avós estão entre os fundadores. Os primeiros moradores eram



de origem rural ou vindos de pequenas cidades ao redor e foram atraídos pela possibilidade de terem uma vida melhor com a construção da estrada que chegou para suplantar os trilhos do trem. Contudo, somente em 1985 foi estabelecido o Colégio Municipal Elvira da Costa Pinto Dias Pires com as séries de 5ª a 8ª. Finalmente, em 1992, foi introduzido o que era chamado de “Segundo Grau” com habilitação para o Magistério.

Eu fiz parte das primeiras turmas que inauguraram as novas séries do referido colégio. Estas aquisições não eram fruto da ação espontânea da administração municipal. O Colégio foi uma conquista da comunidade. Lembro-me de pais e mães se mobilizando, por meio de reuniões e abaixo-assinados para exigirem a instalação do colégio e evitar que as crianças tivessem que se deslocar para Jacobina para frequentar a escola, onde sofriam todo tipo de preconceito e acabavam por desistir. Meu pai, por exemplo, quando era criança teve que abandonar o Colégio Deocleciano Barbosa de Castro, onde estudava a elite local, porque os alunos praticavam discriminação racial contra ele cotidianamente. Minha mãe estudou na escola da Igreja Católica em Paraíso, e abandonou a escola porque a professora batia nela e em outras crianças.

Essa narrativa da evasão escolar por causa da violência vive em mim como uma cicatriz e eu faço disso a minha luta pela permanência de estudantes nas instituições de ensino. Meus pais tiveram que deixar a escola ainda no Ensino Básico. Isso não ocorreu porque eles não eram inteligentes, mas porque a escola se tornou um espaço hostil para ambos. Então, eu entendo que um casal de sertanejos que não teve a oportunidade de frequentar a escola e logicamente não chegou à universidade, transformou aquela frustração em batalha para garantir a nossa permanência na escola e para que fôssemos respeitadas. Lembro muito bem de um episódio quando eu tinha uns 15 anos que mostra bem isso. Eu tinha entrado na sala de aula com o sapato preto, mas a professora, rispidamente, expulsou-me da sala com o dedo em riste. Fui para casa me sentindo profundamente triste e humilhada. Minha mãe e meu pai ordenaram que parasse de chorar e colocasse o outro sapato. Imediatamente, voltaram à escola comigo, pediram para falar com a diretora e com a professora. Distintamente, meu pai explicou que eu não tinha tido tempo de trocar o sapato porque o ônibus tinha chegado atrasado. Eu estudava técnicas agropecuárias em outro colégio em Jacobina que exigia o uso de sapato de outra cor. Por fim, argumentou que um sapato não era nada em comparação com os 40 minutos de aula que eu perdi e com o constrangimento que foi causado. Minha mãe estava na retaguarda como a búfala do mito de Iansã, fazendo aquela cara de “estaremos aqui sempre



protegendo as nossas crias”. Eu saí fortalecida daquela situação, como tinha saído de situações semelhantes no passado. Meus pais lutavam pela nossa digna permanência na escola. Eles têm esse mérito. Eu carrego essa lição comigo.

O fato de ter nascido numa pequena vila, sem muito acesso à TV e sem outras opções de lazer, eu lia muitos livros através da escola. Eu li romances sobre todas as fases da chamada “literatura portuguesa e brasileira”, ensinada por Dulcinea Silva e Antenor Rita Gomes. Penso que na minha adolescência li todos os romances de Machado de Assis e da maioria dos escritores brasileiros do século XIX e XX. Machado de Assis aguçou meu jovem olhar para a sociedade que me rodeava.

Eu analisava todo mundo em todos os seus componentes visuais e não visuais. Também li muito sobre história da Europa e quase nada sobre os outros continentes. Então, eu tinha muita curiosidade em conhecer a história de outras regiões do mundo, especialmente sobre a história de Jacobina. Na escola, nós não estudávamos nem a história da Bahia. Os livros sobre história do Brasil abordavam apenas grandes episódios da história política nacional, assim, a Bahia não fazia parte desta história, exceto quando tratavam do período colonial, nomeadamente, a instalação da capital e a economia do açúcar. Assim, a minha escolha pelo curso de história foi determinada por um professor de história e geografia que havia revolucionado o Colégio Municipal por meio das leituras que recomendava. Além das dezenas de livros de literatura, lemos obras sobre história das ideias políticas, tais como Karl Marx, Mikhail Bakunin, Sigmund Freud, Skinner, Paulo Freire etc. e obras que criticavam o darwinismo social, o racismo e a branquitude. O professor insistia em suas aulas sobre a importância de conceber o tempo como movimento histórico, resultado das ações humanas individuais e coletivas; o problema da alienação do povo pobre e a necessidade de “desalienar” as mentes para acabar com a exploração; o poder da educação para transformar a sociedade. Então, a partir destes paradigmas eu criava as minhas bases políticas e intelectuais desenvolvidas nos anos posteriores.

Por fim, além da escola, outra influência extrafamiliar foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, criadas durante a II Conferência dos Bispos da América Latina no final dos anos 1960. O objetivo das CEBs era construir um instrumento pastoral comunitário, por meio do qual, a Igreja fazia a opção preferencial pelos pobres. As comunidades eram rurais, urbanas ou ligadas a movimentos populares. Os exemplos mais conhecidos são de comunidades urbanas, pois, nas cidades, os



membros produziram muitos documentos e suas lideranças vieram a assumir importantes cargos políticos nacionalmente. Assim, meu desejo de contribuir com as atividades das pastorais era quebrar com a ideia de que os sertanejos não tinham consciência política, pois são temerosos apenas à Deus. Efetivamente, eu trabalhei junto às pastorais da Juventude, da Criança e da Liturgia. Com a distância de alguns anos e com algum acúmulo de leitura, eu avalio a minha participação nas pastorais como um momento de exercitar a prática política. Meu engajamento nas CEBs foi por intermédio das *Medical Missionaries of Mary*, que moravam perto da nossa casa. Elas me levavam para participar dos cursos que ofereciam em outras cidades e me encorajaram a pensar na ideia de ser uma liderança na comunidade.

HISTÓRIAS DOS HISTORIADORES

Como foi a escolha pela História? O que te motivava e evocava na graduação? Quais os livros, abordagens, autores?

A minha escolha em fazer o vestibular para a licenciatura de História na Universidade do Estado da Bahia/UNEB, no campus de Jacobina, foi determinada pelo meu interesse em compreender a história da população negra de Jacobina. Ademais, como um ser humano que se sentia desprestigiada como mulher negra nasceu o meu compromisso em entender o sistema que criou aquela desigualdade. Eu também estava interessada em estudar a história local ou regional, que era absolutamente apagada do conteúdo escolar. Assim, ao ingressar na graduação em História na UNEB, imediatamente concorri a uma bolsa de Iniciação Científica do CNPq para um projeto coordenado pelo professor Raphael Rodrigues Vieira Filho, chamado “A cidade como espaço da diversidade cultural”. Os objetivos do projeto coadunavam com os meus. Assim, por meio deste projeto, escrevi dois trabalhos. Um era sobre o povoado onde nasci, pois pretendia mostrar que o povoado também tinha uma história: “Paraíso: um exemplo de ocupação no sertão da Bahia.” O segundo trabalho que desenvolvi era mais estruturado academicamente do que o primeiro: “Ecos da Micareta: elitismo e resistência em Jacobina (1912-1950)”. Nesta pesquisa, eu estava altamente influenciada pelas teses e dissertações desenvolvidas na UFBA nas décadas de 1990 e na anterior, pois a maioria dos meus professores estava estudando ou havia estudado naquela instituição.



A disciplina de História da Bahia cursada na UNEB foi um divisor de águas em minha vida. Lemos trabalhos incríveis, como os de Kátia Mattoso, João Reis, Maria Inês Cortes, Wlamyra Albuquerque, Alberto Heráclito etc. Assim, passei a vislumbrar a escrita de uma história dos africanos no sertão da Bahia. Ali, por volta de 1997, eu li um texto, que, pela primeira vez fazia conexões entre Jacobina e suas tradições africanas, “Quatro mandingueiros de Jacobina na inquisição de Lisboa” de Luiz Mott. Avaliei as possibilidades de desenvolver uma pesquisa sobre esse tema e logo vieram as limitações de pesquisar os africanos no período anterior à Abolição em Jacobina, pois nos arquivos locais não tinham documentação desta natureza. De forma pragmática, escolhi investigar os periódicos existentes nos arquivos locais e decidi estudar a festa mais popular da região, a *Micareta*. Este tema me parecia mais factível de ser desenvolvido e de ter o projeto aprovado em uma pós-graduação. O objetivo do trabalho era compreender, por meio do estudo da festa mais popular de Jacobina, os conflitos entre diferentes grupos sociais e as estratégias da população negra para realizar seus festejos, a despeito das normas que proibiam festivais populares. Eu estava influenciada pelo trabalho de meu orientador de Iniciação Científica e pelo de Wlamyra Albuquerque. Em suma, eu diria que, fomos bastante estimulados pela historiografia baiana e pelos trabalhos produzidos no Sudeste, como os de Maria Clementina P. Cunha, Raquel Soihet, Edgar De Decca, Silvia Lara, Sidney Chalhoub etc. É óbvio que, com exceção da história do Brasil, o resto eram referências europeias, tais como Karl Marx, Walter Benjamin, Mikhail Bakhtin, Escola dos Annales, Escola Nova, a Micro-história de Carlo Ginzburg, a história do cotidiano e das pessoas comuns Michel de Certeau etc. Lia-se pouca historiografia norte-americana e não se lia nada sobre a África ou sobre os africanos. Não li nenhum livro de qualquer intelectual africano/a. Naquele momento estava muito em voga fazer a *história vista de baixo* e de sujeitos marginalizados, com um forte foco nas histórias regionais. Assim, a ideia de estudar a população negra de Jacobina chegava filtrada pelos intelectuais da UFBA. Estas referências foram a base de minha formação.

Como foi a sua entrada na pós-graduação e escolha de temas para estudo?

O meu ingresso na Pós-graduação em História na PUC-SP, em 1999, foi determinado pelo desejo de fugir do protótipo de mulher que era difundido. Eu queria uma saída para não permanecer marginalizada no processo de exploração econômica e



cultural do povo. Eu queria quebrar a narrativa única sobre as pessoas do Paraíso, sobre o sertão e outras narrativas que contaminam o terreno geral sobre educação em localidades pobres. A partir da minha experiência de pesquisadora como bolsista de Iniciação Científica/IC/CNPq da UNEB por dois anos e mais um ano como bolsista de um projeto sobre “Cinema e História”, que incluiu um curso para professores da rede pública, eu me sentia preparada para seguir uma carreira acadêmica. Ainda sem acesso à internet em Jacobina e sem contatos em Salvador ou em outros lugares, decidi de motu próprio fazer o meu projeto e submetê-lo à PUC-SP, quando ainda faltava um semestre para concluir o curso de História e eu já tinha vinte anos. Não compartilhei o interesse em concorrer para o Mestrado e nem o meu projeto com qualquer pessoa, nem com o meu orientador de IC, por duas razões contraditórias: de um lado, eu carregava a autoconfiança que meus pais criaram de que éramos inteligentes; de outro lado, temia que alguém da academia me sugerisse aguardar um pouco mais. Diante da dúvida, enviei o projeto diretamente para ser avaliada pela comissão do edital daquele ano (2008). Fui aprovada e selecionada para ter uma bolsa de pesquisa de Mestrado da CAPES. Sem essa bolsa eu não teria tido condições de permanecer dois anos em São Paulo. Concluindo essa questão sobre a escolha do meu tema do Mestrado em História, afirmo que esta foi definida pelo meu interesse em desenvolver em outro nível a pesquisa sobre a festa da *Micareta* em Jacobina na primeira metade do século XX. A partir da análise da festa, percebi que os festejos, assim como o projeto de urbanização da cidade, excluía a população negra das áreas mais elitizadas, bem como proibiram manifestações de origens negras.

No Doutorado em História, realizado na Universidade de São Paulo, retomei o projeto idealizado ainda na graduação: os mandingueiros de Jacobina. Ali, pude alargar a minha perspectiva de estudar a população negra de Jacobina para a perspectiva atlântica. A tese trata da diáspora africana no Brasil e da circulação de africanos, de seus saberes e de suas religiões pelo Atlântico negro. A tese concentrou-se sobre os amuletos protetores, que faziam parte do conjunto de práticas culturais e religiosas dos africanos tanto do Oeste como da parte Centro-Occidental da África. A tese sobre as bolsas de mandinga no Atlântico Português constatou que na Bahia do século XVIII pessoas de diferentes origens africanas e seus descendentes se reuniram em torno de uma prática mágica, as bolsas de mandinga, nas quais podiam ser agregados símbolos africanos e católicos. Além disso, avalei que a designação de mandingueiro no Brasil era fruto da construção de um discurso dos missionários europeus, especialmente os portugueses, acerca da



concorrência oferecida pelos povos mandingas da África Ocidental no processo de tentativa de conversão dos povos desta região. Ou seja, o mandingueiro do Brasil colonial não era um homem da etnia mandinga, mas um portador de um amuleto, tradicionalmente remetido aos talismãs usados pelos [africanos] mandingas. Em resumo, a pesquisa explorou saberes africanos que circulavam pelo Atlântico, um tipo de abordagem histórica que privilegia os contatos e trocas entre africanos e europeus nas sociedades organizadas em torno do Atlântico.

MARGENS E PRIMEIRAS TRAVESSIAS

Fale um pouco da sua trajetória acadêmica em diferentes locais e instituições, recebendo influências e acompanhando o campo de estudos sobre a História da África.

Vou começar pela minha trajetória acadêmica em diferentes instituições e depois abordarei sobre como venho acompanhando o campo de história da África no Brasil e em outros lugares. Como uma estudante que vinha de uma universidade periférica, eu comecei a trabalhar em universidades localizadas em regiões periféricas do Brasil. Meu primeiro trabalho, em 2002, imediatamente após concluir o Mestrado, foi no Instituto de Teologia e Pastoral de Bonfim (Senhor do Bonfim, BA), cuja missão era pautada pela Teologia da Libertação para educar homens e mulheres do campo. Trabalhei neste instituto por um semestre e foi uma oportunidade ímpar para compartilhar novos conhecimentos e aprender com aquelas pessoas. Minha segunda experiência foi na Fundação Universidade do Tocantins, onde trabalhei por um ano (2003). A terceira experiência foi no Museu Afro-Brasil em São Paulo (2004 a 2007). Eu avalio o trabalho neste Museu como um divisor de águas em minha carreira. Naquele espaço, eu desfrutei da presença de intelectuais negras especializadas nas artes, especialmente na arte afro-brasileira, como Renata Felinto, Viviane Lima, Sarah Rute, Milton Santos, Alexandre Araújo, Renato Araújo, Liliane Braga, Gláucia Lima etc. No Museu Afro-Brasil, aprendi como nunca sobre histórias de pessoas negras brasileiras que tiveram trajetórias impressionantes como intelectuais, tipógrafos, escritoras/es, pintoras/es, atores, atrizes, dançarinos/as, bailarinos/as, compositores/as, atletas, músicos, religiosos/as, médicos, arquitetos, políticos, ativistas etc. Lá, aprendi sobre as artes africanas e a arte afro-



brasileira. Também trabalhei no programa educativo do museu, assim como desenvolvi pesquisas sobre o acervo e conheci muitos artistas contemporâneos nacionais e estrangeiros.

Ao concluir o doutorado, fiz imediatamente uma seleção para a posição de professora visitante da UNEB/Campus Itaberaba para ministrar a disciplina de História da África. Na UNEB, com uma carga horária de 40 horas e com quatro turmas semanais, de fato, me tornei professora de História da África. Enquanto trabalhava na UNEB, fiz concursos para três universidades: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Fui aprovada na UFMG, que é outro marco em minha carreira. Com a experiência de dois anos na UNEB, cheguei na UFMG para ocupar a posição de professora de História da África, disciplina que tinha sido criada para o tal concurso. Então, com a missão de implementar e fortalecer os estudos africanos, me dediquei com afinco em motivar estudantes a desenvolverem suas pesquisas no âmbito dos estudos africanos.

Sobre o acompanhamento do campo de estudos sobre a História da África. Numa escala menor na UFMG, durante 11 anos de atuação, orientei cerca de 20 trabalhos na pós-graduação. Também pude acompanhar de perto o crescimento da produção de estudos africanos em duas associações: a ANPUH (Associação Nacional de Professores de História) e a ABPN (Associação Nacional de Pesquisadores Negros). Nos anos em que participei dos congressos da ABPN e fui Vice-Presidenta desta Associação li vários trabalhos submetidos para o evento, no qual predominam os trabalhos sobre relações étnico-raciais no Brasil. Na ANPUH, especialmente quando atuei como Coordenadora Nacional do Grupo de Trabalho de História da África (2013-2015) foi possível ter uma compreensão geral da expansão da produção sobre história da África no Brasil. Este aumento vertiginoso foi estimulado pela Lei 10.639/2003, que instituiu o ensino de história da África e da história afro-brasileira em todos os níveis de ensino. Por fim, a experiência mais consistente que tive sobre esta matéria foi a participação no Comitê Científico Internacional da UNESCO para a História Geral da África. Neste Comitê, eu tive a oportunidade de ler centenas de textos produzidos por intelectuais situados no Brasil e em outras partes das Américas, na África, Ásia, no Oriente Médio e na Oceania. Então, na última década, eu venho acompanhando com proximidade o que está sendo produzido em diversas partes do mundo no campo das diásporas africanas e da história da África.



AGENDAS E PÚBLICOS

Seus estudos e pesquisas sobre a História da África sugerem também pensar o protagonismo de intelectuais negras e negros numa agenda intelectual e acadêmica no Brasil. Como você pensa isso?

Esta questão sobre o protagonismo de intelectuais negras e negros na agenda intelectual e acadêmica no Brasil remete imediatamente para o tema da colonização dos conhecimentos na academia e da predominância de autores/as brancos/as em nossas referências bibliográficas. Repare que a maioria de minhas referências durante a graduação e pós-graduação, é de pessoas brancas. Eu só atentei para a produção de intelectuais negras e negros a partir das influências do Museu Afro-Brasil, pelas leituras sobre o pan-africanismo e pelo feminismo negro. Quando me tornei professora, passei a incluir intelectuais negras e negros nos programas das minhas disciplinas. Além disso, quando fui Diretora do Centro de Estudos Africanos da UFMG gerenciei a compra de mais de mil títulos de livros de autores/as africanos/as, adquiridos diretamente de editoras de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, assim como recebemos doações de intelectuais de outros países africanos. A iniciativa de criar um acervo de estudos africanos na UFMG era fruto do nosso interesse em ampliar o diálogo com a produção intelectual feita no continente africano, ao invés do Norte.

A agenda acadêmica dos estudos africanos e das diásporas africanas no Brasil deve inserir os trabalhos de intelectuais negros e negras, que desde o século XIX estavam escrevendo sobre a importância da contribuição africana para a formação da cultura no Brasil. Autores e autoras como Maria Firmina dos Reis (1825-1917), Luís Gama (1830-82), Manoel Querino (1851-1923), Edison Carneiro (1912-72), Abdias Nascimento (1914-2011) e outras pessoas das primeiras gerações de intelectuais devem ser constantemente revisitados/as como protagonistas de um pensamento que valorizava as tradições africanas e as colocava como elementos essenciais para a compreensão da identidade brasileira, num momento em que intelectuais brancos teimavam em colocar a herança africana como um problema.

Há uma importante geração de historiadoras negras – intelectuais importantíssimas – no cenário acadêmico brasileiro atualmente. Como você avalia o contexto atual e



a inserção de uma historiografia potente sendo produzida por intelectuais negras e negros? Quais os desafios, armadilhas, dilemas e questões centrais?

Atualmente, intelectuais negras e negros assumem um protagonismo na agenda intelectual e acadêmica no Brasil, sem precedentes. Esta nova geração anda pelos caminhos abertos pelas gerações anteriores, tais como Ana Célia da Silva, Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Leda Martins, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Mundinha Araújo, Neusa Santos, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Sueli Carneiro, Zélia Amador de Deus e muitas outras mulheres e homens. Assim, seguindo estes passos, intelectuais negras e negros ocupam posições importantes em várias universidades e outras instituições, inclusive naquelas de maior prestígio, localizadas em várias partes do Brasil. Estas e estes intelectuais atuam em diferentes áreas do conhecimento e em diferentes pautas; são historiadoras/es, antropólogas/os, arqueóloga/os, escritoras/es, jornalistas, críticas/os de arte, cientistas, educadoras/es, algumas com forte experiência no mundo da política governamental etc. Esta nova geração de intelectuais negras tem resgatado a contribuição de intelectuais negras/os que ainda continuam pouco conhecidos/as do grande público.

A historiografia potente que vem sendo produzida por intelectuais negras e negros brasileiros é marcada pela inserção de novos temas e sujeitos no campo historiográfico. No campo da história da África e de suas diásporas, da diáspora da cultura material africana, as pesquisas têm focado em objetos de estudos novos e antigos, a partir do diálogo com novas perspectivas teóricas e metodológicas. Estes estudos focam na agência política de homens e mulheres comuns, história da escravidão e da liberdade no continente africano, a participação e protagonismos das mulheres em diversos períodos da história da África; as biografias de africanos e a micro-história. Tem se fortalecido o campo da arqueologia e da cultura material africana e de suas diásporas, história intelectual africana, história política contemporânea, história econômica, história do colecionismo em museus africanos e ocidentais, ensino de história da África etc. Além dos tópicos mencionados, tem sido ampliada a produção no Brasil de pesquisas que tratam de temas e de regiões que não estão relacionados com a escravidão e a diáspora. Também vale ressaltar a ampliação do diálogo com intelectuais africanos e africanas.

Os principais desafios dos pesquisadores/as no Brasil que pesquisam a história da África e suas diáspora são: (1) acessar fontes localizadas em arquivos de países africanos



e europeus; (2) articular os processos históricos no Brasil entre os séculos XVI e XIX com os processos que estavam acontecendo do outro lado do Atlântico, e isso vale para os estudos da escravidão; (3) acessar artigos pagos publicados em revistas internacionais, bem como livros publicados em outros países, inclusive africanos; (4) construir perspectivas teóricas e metodológicas, sem copiar “modelos” e tendências da historiografia americana ou europeia ou africana; (5) evitar os *essencialismos* e *romantismos* em relação ao continente africano; (6) evitar conceitos europeus para explicar a história da África; e (7) ampliar a produção para o período anterior ao século XIX.

Em minha opinião, as principais armadilhas do campo de estudos das diásporas africanas no Brasil e da escravidão é a separação entre campos interligados: África x diáspora africana x estudos afro-brasileiros x racismo. É um erro fazer essa separação porque estes elementos fazem parte da mesma narrativa. Os americanos cometeram esse erro nos anos 1950 e hoje voltaram atrás, chamando de História Atlântica a perspectiva que inclui a história da África para compreender a diáspora e vice-versa. Marcados por uma ideia de "purismo", intelectuais foram levados a se distanciar dos estudos da diáspora e dos estudos afro-brasileiros, como se isso nos aproximasse dos estudos sobre a cultura popular negra brasileira, relações étnico-raciais etc. Mas, precisamos rever estes distanciamentos.

PESQUISAS, INSERÇÕES, PROJETOS E FORMAÇÕES AFRICANISTAS

Aqui ou acolá surgem críticas (algumas internacionais) sobre as agendas acadêmicas dos historiadores do Brasil que pesquisam História da África. Como avalia isso?

As principais críticas de estrangeiros sobre a agenda dos historiadores do Brasil que pesquisam História da África residem em dois aspectos: a primeira é de natureza idiomática. A segunda é relativa ao enfoque das pesquisas nas relações entre Brasil e África. A primeira crítica vem especialmente dos falantes de inglês. Essa crítica está parcialmente correta, pois algumas pessoas que criticam a pouca produção bibliográfica brasileira em língua inglesa, alegam que não leem estes trabalhos porque não dominam a língua, contudo, quando estão pesquisando leem dezenas de fontes primárias escritas em português sobre países africanos colonizados por Portugal. Neste sentido, o desconhecimento da historiografia sobre África produzida no Brasil não é apenas por



questões de linguagens, mas pela cartela de prioridades estabelecidas nos diálogos realizados nos Estados Unidos, no Reino Unido, em países africanos, europeus, latinos etc. Neste ponto, não podemos deixar de perceber que existe uma permanência de relações de poder entre Sul e Norte.

A segunda crítica dos estrangeiros reside na inculpação de que a historiografia africanista feita no Brasil se concentra nas relações entre Brasil e África. Neste ponto, a depender do tema da pesquisa, não há problema algum. Por exemplo, se o tema da pesquisa for Angola entre os séculos XVII e XIX, estamos falando de relações econômicas e sociais que se desenvolveram diretamente no Atlântico Sul. Se o tema da pesquisa for a região de Guiné-Bissau ou o Golfo do Benin nos séculos XVIII-XIX, não há como excluir o Brasil dessa história. Aliás, intelectuais brasileiros estão em melhores condições para estudar alguns temas relacionados às diásporas africanas para o Brasil, por razões óbvias: muitas fontes estão em arquivos brasileiros. Longe de colocar isso como um problema temos que ver aí uma vantagem.

Contudo, vale ressaltar, a historiografia sobre história da África realizada no Brasil não se restringe aos países que foram colonizados por Portugal. Nas últimas décadas, há uma extensa produção sobre outras regiões do continente, como o Sudão, Tanzânia, África do Sul, Namíbia, Nigéria, Benin, Togo, Senegal entre outros.

Fale sobre as suas inserções acadêmicas no Brasil e no Exterior

Minha inserção acadêmica no Brasil se deu por meio da pós-graduação, onde tive oportunidade de conhecer pessoas, cuja maioria se tornou professores/as de universidades. Mas, para pessoas oriundas de classes populares, a inserção acadêmica não é um movimento natural. Então, investi na minha inserção por meio do meu trabalho, publicando, organizando eventos de grande envergadura nacional e internacional, dossiês em revistas e livros; participando de bancas de pós-graduação e convidando pares com as quais pretendo manter o diálogo acadêmico. O fato de ter sido formada numa universidade fora dos centros urbanos brasileiros e sem referenciais de pertencimento a uma linhagem negra ou a um grupo ou movimento social de prestígio, me fez ter coragem de seguir, mesmo quando me senti sem apoios. Em comparação com outras trajetórias de mulheres negras que tinham contatos com movimentos sociais urbanos, eu acho que elas

tiveram mais espaço de acolhimento e de empoderamento quando chegaram à universidade do que eu tive.

Eu diria que minha inserção acadêmica no exterior começou pela África. Minha primeira viagem internacional foi para Gana. Em 2009, fui selecionada para o seminário Internacional, *Ghana Seminar Africa, Europe, and the Americas, 1500-1700*, organizado pelo *Omohundro Institute of Early American History and Culture*, College of William and Mary, Virginia, EUA. Este Seminário durou três semanas, contava com 20 estudantes de doutorado e jovens professores da costa oeste Africana, Estados Unidos, Europa e América Latina e foi coordenado por Joseph Miller. Depois daquele seminário, eu ampliei minha participação em eventos internacionais, com o propósito de dialogar com outras acadêmicas e acadêmicos que tinham interesses em pesquisar as diásporas africanas. No mesmo ano fui contemplada com o *Short-Term Research Grants, International Seminar on the History of the Atlantic World* da Harvard University. Em 2013 fui professora visitante da Universidade de Buenos Aires. Em 2015, eu fiz um estágio pós-doutoral na Universidade do Texas, com uma bolsa da CAPES. Esta experiência foi diferente porque tive a oportunidade de observar como funcionava a dinâmica de um programa de excelência e de ter acesso a uma biblioteca incrível. De 2013 a 2017, coordenei um projeto com a Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique. Desde 2013, faço parte do projeto da *História Geral da África*, coordenado pela Unesco/Paris. A participação em um comitê composto por 20 acadêmicos oriundos de diferentes partes do mundo e com diferentes referenciais acadêmicos e culturais, foi um espaço desafiante, no qual pude aprender e oferecer a minha contribuição.

Entretanto, minhas inserções acadêmicas no Exterior não se restringiram às ações fora do Brasil. Durante o período em que fui diretora do Centro de Estudos Africanos/CEA-UFMG, visitei vários países africanos em missões para celebrar acordos de cooperação. Neste período (2014-2018), realizamos vários eventos internacionais com a presença de intelectuais de diversos países africanos, da Europa, América Latina e Estados Unidos. Além dos eventos, convidei dezenas de professores estrangeiros para realizarem palestras e oferecerem cursos de curta duração para o Programa de Pós-Graduação em História. Além do CEA, participei de outros projetos no âmbito internacional, voltados para a pesquisa científica: (1) Mobilidade Acadêmica Internacional entre a UFMG e a Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique com



financiamento da CAPES (2013-2017) e (2) *African Ivories in the Atlantic World: a reassessment of Luso-African ivories*, com financiamento da FTC-Portugal.

ESPAÇOS ACADÊMICOS E A UNIVERSIDADE

Como você avalia o seu papel acadêmico e intelectual – numa universidade pública – na formação de professores e pesquisadores?

Eu trabalhei em três universidades públicas, em duas delas como professora visitante (UFTO e UNEB) e na UFMG como professora efetiva do quadro de docentes do departamento de História. Ou seja, desde o início de minha formação venho atuando em licenciaturas, voltadas para a formação de professores de História. Foi na UFMG que tive a oportunidade de fazer parte do Programa de Pós-Graduação em História Social/PPGHIS-UFMG, um programa consolidado, onde são realizados grandes trabalhos da historiografia produzida no Brasil e onde pude compartilhar de um ambiente de grande entusiasmo intelectual. Ao longo destes 11 anos, pude orientar cerca de vinte teses de doutorado e dissertações de mestrado em História da África. Isto significa que há vinte novos trabalhos sobre história da África realizados com muita qualidade.

São vinte profissionais atuando em escolas e universidades. Atualmente, seis destes egressos e egressas do PPGHIS-UFMG estão atuando em instituições de ensino superior. As demais pessoas estão atuando em escolas ou concluindo suas pesquisas. Assim, avalio que tenho dado uma importante contribuição para a formação de professores e de pesquisadores no Brasil. Estes e estas profissionais têm sido agentes disseminadores de novos conhecimentos produzidos sobre a história da África na universidade pública, que promovem uma educação baseada na promoção da equidade racial. Além disso, estas pesquisas trazem contribuições essenciais para o debate internacional sobre diversos temas.

PROJETOS SEM FRONTEIRAS

Fale sobre os seus projetos (editoriais e de pesquisa) sobre História da África. Quais são os desafios das novas agendas de pesquisa?

Sobre os projetos editoriais, desde 2013, eu participo do projeto História Geral da África Participação no Comitê Científico Internacional da UNESCO para a Elaboração do IX Volume de História Geral da África. Sou editora do Volume X sobre a Diáspora Africana dessa coleção. Este tem sido o trabalho de impacto internacional mais importante realizado ao longo da minha carreira. O objetivo é dar continuidade ao projeto História Geral da África (HGA), que começou em 1964 em resposta às aspirações das recém-independentes nações africanas, com objetivo de reescrever a história da África dentro de padrões historiográficos atualizados. Este trabalho foi concluído em 1999 com a publicação de 8 volumes, traduzidos, no total ou em parte, em 12 línguas, incluindo línguas africanas. Em 2013, foi dado início à segunda fase do projeto História Geral da África, financiado pelo Ministério da Educação do Brasil. A elaboração dos 3 novos volumes da GHA pretende responder à recomendação da União Africana e aos esforços dos governos sul-americanos e caribenhos para promoverem a pesquisa sobre suas heranças em comum. Os novos volumes permitirão uma visão crítica das relações, em diversos níveis, com que a África se conecta ao resto do mundo e este percebe a África Global. Estes são os títulos dos novos livros: Volume IX: História Geral da África revisitada; Volume X: África e suas diásporas; Volume XI: África Global Hoje. Ainda no âmbito de projetos editoriais, estou organizando três obras: “Os marfins como insígnias de poder”, é o terceiro livro do projeto sobre os marfins africanos a ser lançado nos próximos meses; um livro sobre História Contemporânea de Moçambique; e por fim, estou concluindo o catálogo da exposição permanente do *Penn Museum Africa Galleries: From the Maker to the Penn Museum*, juntamente com o Lead Curator da exibição, professor Tukufu Zuberi. Sobre meus projetos de pesquisa, estou atuando em dois grandes projetos. Continuo pesquisando sobre a cultura material africana por meio do acervo do Penn Museum. Pretendo publicar dois livros sobre essa investigação sobre objetos africanos nas diásporas. Também estou investigando sobre mulheres na região da Guiné Bissau e a ação da Inquisição no Oeste da África no século XVII. Um livro sobre a micro-história de Crispina Peres está por vir. Eu penso que os principais desafios de pesquisa no campo da história da África é superar alguns “modelos” teóricos e metodológicos marcadamente eurocêntricos para estudos de determinados temas, especialmente para a região da Guiné Bissau. Para avançar nesta temática, coordeno um grupo de pesquisa sobre África pré-colonial que tem produzido teses e dissertações sobre história social dessa região e que tem feito novas propostas metodológicas de análise.



Outro desafio é a descolonização dos espaços de pesquisa, tanto em termos conceituais, quanto ao gênero. Embora eu já esteja atuando no mundo acadêmico há mais de uma década, a luta para ser reconhecida pelo meu trabalho é diária, pois as instituições ainda são espaços predominantemente masculinos e brancos. Por fim -- como professora -- considero que outro grande desafio dos pesquisadores é fazer com que o conhecimento produzido nas universidades chegue às escolas e museus. Muitas vezes, estes espaços demoram a incorporar o que está sendo produzido por historiadores/as.

Recebido em: 01/02/2021

Aprovado em: 15/02/2021